

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 38

Setembro - 2012

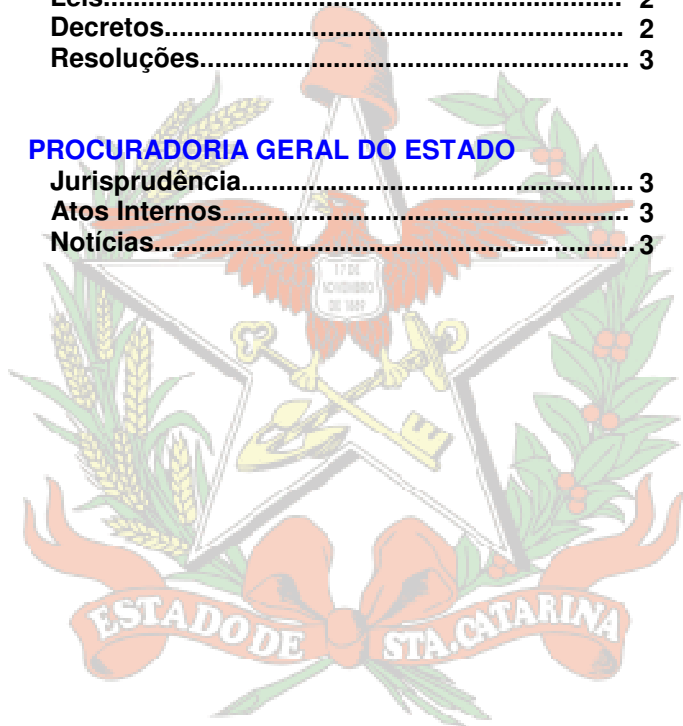
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2
Resoluções.....	3

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 575, de 2 de agosto de 2012

Cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 576, de 6 de agosto de 2012

Altera a redação da Tabela X da Lei Complementar nº 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 1997, que dispõe sobre o valor dos Atos do Tradutor e do Intérprete.

LEI COMPLEMENTAR Nº 577, de 6 de agosto de 2012

Reajusta o piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

LEI Nº 15.855, de 2 de agosto de 2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

LEI Nº 15.856, de 2 de agosto de 2012

Institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (REVIGORAR IV), dispõe sobre a transação de créditos tributários inscritos em dívida ativa, altera as Leis nº 3.938, de 1966, nº 5.983, de 1981, nº 10.297, de 1996, e nº 13.342, de 2005, e adota outras providências.

LEI Nº 15.857, de 2 de agosto de 2012

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2013 e adota outras providências.

LEI Nº 15.858, de 2 de agosto de 2012

Altera dispositivo da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989.

LEI Nº 15.860, de 6 de agosto de 2012

Institui o Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça.

LEI Nº 15.864, de 6 de agosto de 2012

Altera o Anexo Único da Lei nº 14.593, de 2008, que autoriza a concessão de uso remunerada de espaços físicos de imóveis pertencentes ao Estado.

LEI Nº 15.881, de 10 de agosto de 2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira, no montante de até R\$ 1.587.533.495,45 (um bilhão, quinhentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), para fins de reestruturação de dívidas do Estado perante a União.

LEI Nº 15.882, de 10 de agosto de 2012

Altera a Lei nº 15.830, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento.

LEI Nº 15.883, de 10 de agosto de 2012

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder

Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

LEI Nº 15.885, de 10 de agosto de 2012

Dispõe sobre cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.888, de 15 de agosto de 2012

Dispõe sobre a comercialização de banana in natura no Estado de Santa Catarina.

Decretos

DECRETO Nº 1.079, de 2 de agosto de 2012

Acrescenta dispositivo do Decreto nº 1.045, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre a aprovação para a aquisição de materiais, contratação de serviços e obras, alteração de contratos e instrumentos congêneres, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos casos que menciona, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.080, de 3 de agosto de 2012

Estabelece procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da administração direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes do Poder Executivo estadual, para a captação de recursos, a contratação de operações de crédito, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, bem como para a concessão de garantias.

DECRETO Nº 1.081, de 3 de agosto de 2012

Dispõe sobre a concessão de autorização para participação de servidores públicos dos órgãos e das entidades da administração pública estadual em eventos e viagens ao exterior.

DECRETO Nº 1.082, de 3 de agosto de 2012

Introduz as Alterações 2.993 a 2.998 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.088, de 3 de agosto de 2012

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.221, de 6 de maio de 2010, que aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 1.089, de 3 de agosto de 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 1.109, de 6 de agosto de 2012

Altera a redação do Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.110, de 7 de agosto de 2012

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.119, de 14 de agosto de 2012

Introduz as Alterações 3.028 e 3.029 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.120, de 14 de agosto de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 1.045, de 04 de julho de 2012, que dispõe sobre a aprovação para a aquisição de materiais,

contratação de serviços e obras, alteração de contratos e instrumentos congêneres, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos casos que menciona, e estabelece outras providências.

DECRETO No 1.121, de 14 de agosto de 2012

Cria o Núcleo Estadual de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina (NFSC).

DECRETO Nº 1.125, de 14 de agosto de 2012

Cria o Comitê Regional da Grande Florianópolis de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

DECRETO Nº 1.126, de 14 de agosto de 2012

Cria o Comitê Regional da Grande Florianópolis de Gestão Integrada de Mobilidade Urbana.

DECRETO Nº 1.128, de 21 de agosto de 2012

Introduz as Alterações 3.017 a 3.020 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.129, de 21 de agosto de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 801, de 9 de fevereiro de 2012, que introduz as Alterações 2.925 a 2.928 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.130, de 21 de agosto de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 743, de 21 de dezembro de 2011, que introduz as Alterações 2.913 e 2.914 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.134, de 21 de agosto de 2012

Introduz as Alterações 3.030 a 3.040 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.135, de 21 de agosto de 2012

Introduz a Alteração 3.041 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.137, de 23 de agosto de 2012

Introduz as Alterações 3.085 a 3.087 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 1.138, de 23 de agosto de 2012

Regulamenta os arts. 2º e 5º da Lei nº 15.596, de 14 de outubro de 2011, que dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casas), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.139, de 23 de agosto de 2012

Estabelece procedimentos para a realização de processos licitatórios com recursos provenientes de operações de crédito no âmbito do Programa Pacto por Santa Catarina.

DECRETO Nº 1.140, de 27 de agosto de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 1.109, de 6 de agosto de 2012, que altera a redação do Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

DECRETO Nº 1.150, de 30 de agosto de 2012

Revoga dispositivo do Decreto nº 1.127, de 5 de março de 2008, que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo estadual, pelo deslocamento temporário da localidade onde tem exercício.

DECRETO Nº 1.151, 30 de agosto de 2012

Dispensa, em caráter excepcional, a exigência contida nos itens 11 e 14.2 do Regulamento do Santa Catarina Saúde, instituído por meio do Decreto nº 621, de 26 de outubro de 2011.

DECRETO Nº 1.152, de 30 de agosto de 2012

Cria a Coordenadoria de Operações Policiais Especiais (COPE) no âmbito da Polícia Civil do Estado.

Resoluções

(Grupo Gestor do Governo do Estado)

RESOLUÇÃO Nº 009, de 30 de agosto de 2012

Dispõe sobre o procedimento de concessão de reequilíbrio econômico-financeiro aos contratos de fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AÇÃO CAUTELAR Nº 3213 - SC

Relator: Ministro Celso de Mello

Autor: Estado de Santa Catarina

Julgamento: 30 de agosto de 2012

Decisão:

Trata-se de “ação cautelar inominada, com pedido de liminar”, ajuizada pelo Estado de Santa Catarina contra a União Federal, que tem por objetivo determinar (...) que a requerida retire o requerente da condição de inadimplente junto ao CADIN/CAUC/SIAFI, até julgamento da ação principal a ser proposta oportunamente”.

(...)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, defiro, integralmente, “ad referendum” do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, inciso V), até final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado de Santa Catarina (...).

ATOS INTERNOS

PROVIMENTO Nº 01/12 – PGE /

CORREGEDORIA

Orienta sobre a observância do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e adoção de procedimentos

PORTARIA PGE/GAB Nº 037, de 7 de agosto de 2012

Designa Procuradores de Estado para constituírem a Comissão Gestora do Sistema PGE.Net.

PORTARIA PGE/GAB Nº038, de 8 de agosto de 2012

Designa Procurador do Estado para exercício de suas atribuições funcionais na Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

NOTÍCIAS

PGE recupera R\$ 2,5 milhões sonegados em Criciúma.

Graças à atuação da Procuradoria Regional de Criciúma, Santa Catarina receberá R\$ 2,5 milhões, referentes a tributos sonegados por uma grande empresa de material de construção da região Sul. Em torno de R\$ 2 milhões foram penhorados através do Bacen Jud, sistema do Banco Central que permite o bloqueio de valores em contas bancárias por solicitação da Justiça. No início de agosto, após pedido protocolado pelos procuradores de Estado, o Juízo da 1ª Vara da Fazenda de Criciúma determinou que os recursos fossem transferidos à conta do governo catarinense. Os outros R\$ 500 mil já foram depositados ‘espontaneamente’ pela empresa para livrar da penhora um terreno de sua propriedade e assim saldar dívidas com o ICMS.